

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

**Demonstrações contábeis referentes ao
exercício findo em 30 de junho de 2015
e relatório dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR.

Aos Administradores e Acionistas da
CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR-153 SPE S.A..
São Paulo - São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS GALVÃO BR-153 SPE S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e,

14 de julho de 2015.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis da Companhia necessita de recursos financeiros próprio/acionistas ou de terceiros para cumprir seu plano de investimentos, cuja captação pode ser afetada em decorrência dos eventos da operação “Lava Jato” da parte relacionada Galvão Engenharia S/A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014.

Não existem informações comparativas para os três meses findo em 30 de junho de 2014 pois a companhia iniciou as suas operações em 05 de junho de 2014, conforme descrição no contexto operacional e no contrato social, porém os registros contábeis começaram somente no mês de agosto de 2014.

14 de julho de 2015.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Presidente Prudente, 14 de julho de 2015.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio-Diretor
Contador CRC 1SP185232/O-3

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153
Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.
Em milhares

| Ativo | Nota Explicativa | 06/2015 | 12/2014 | Passivo e patrimônio líquido | Nota Explicativa | 06/2015 | 12/2014 |
|--------------------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|--|-----------------------------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Disponível | 8 | 200 | 15 | Empréstimos e Financiamentos | 12 | 2.787 | 2.142 |
| Investimentos | 9 | 945 | 32.950 | Fornecedores | 13 | 2.897 | 957 |
| Adiantamentos a Terceiros | | 5.050 | 2.080 | Obrigações Trabalhistas | | 588 | 800 |
| Despesas Antecipadas | | 759 | 2.624 | Tributos a Recolher | | 73 | 125 |
| Créditos Tributários | | 508 | 255 | Partes Relacionadas | 14 | 11 | 202 |
| Estoque | | 933 | 415 | Outras Contas a Pagar | 15 | 2.579 | 59.889 |
| Total do ativo circulante | | 8.395 | 38.339 | Total do passivo circulante | | 8.935 | 64.115 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Imobilizado | 10 | 1.875 | 1.525 | Empréstimos e Financiamentos | 12 | 10.163 | 11.519 |
| Intangível | 11 | 138.568 | 178.283 | Total do passivo não circulante | | 10.163 | 11.519 |
| Total do ativo não circulante | | 140.443 | 179.808 | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital Subscrito | 16 | 221.000 | 221.000 |
| | | | | Capital a Integralizar | 16 | (66.000) | (66.000) |
| | | | | Prejuízos Acumulados | | (25.260) | (12.487) |
| | | | | | | 129.740 | 142.513 |
| Total do ativo | | 148.838 | 218.147 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 148.838 | 218.147 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153
Demonstrações do resultado do 2º Trimestre de 2015 e em 30 de junho de 2015
Em milhares

| | <u>Nota Explicativa</u> | <u>2º Trimestre de 2015</u> | <u>06/2015</u> |
|---|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|
| Operações continuadas | | | |
| Receita Operacional Bruta | | 585 | 7.715 |
| Custo dos Serviços Prestados | | (2.487) | (11.412) |
| Custo de Construção | | (2.412) | (5.083) |
| | | (4.899) | (16.495) |
| Lucro Bruto | | (4.314) | (8.780) |
| Receitas (Despesas) Operacionais | | | |
| Despesas Administrativas | 16 | (2.808) | (5.155) |
| Prejuízo Antes das Receitas e Despesas Financeiras | | (7.122) | (13.935) |
| Receitas Financeiras | 17 | 907 | 1.510 |
| Despesas Financeiras | 17 | (187) | (348) |
| Receitas Financeiras Líquidas | | 720 | 1.162 |
| Prejuízo do Período | | (6.402) | (12.773) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Demonstrações dos resultados abrangentes do 2º Trimestre de 2015 e em 30 de junho de 2015

Em milhares

| | <u>Nota Explicativa</u> | <u>2º Trimestre de 2015</u> | <u>06/2015</u> |
|--|-----------------------------|---------------------------------|-----------------|
| Parcela dos Outros Resultados Abragentes de Empresas Investidas Reconhecidas por Meio do Método de Equivalência Patrominial | | | |
| Prejuízo do Período | | (6.402) | (12.773) |
| Outros Resultados Abragentes | | | |
| Lucro líquido do exercício | | <u>(6.402)</u> | <u>(12.773)</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do 2º Trimestre de 2015, em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em milhares

| | <u>Nota Explicativa</u> | <u>Subscrito</u> | <u>Integralizar</u> | <u>Prejuízos Acumulados</u> | <u>Total</u> |
|--|-----------------------------|------------------|---------------------|---------------------------------|----------------|
| Constituição do capital social em 11 de junho de 2014 | | 1 | | | 1 |
| Aumento de capital de acordo com AGE de 05 de agosto de 2014 | | 220.999 | (66.000) | | 154.999 |
| Prejuízo do período | | | | (12.487) | (12.487) |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | 221.000 | (66.000) | (12.487) | 142.513 |
| Prejuízo do período | | | | (12.773) | (12.773) |
| Em 30 de junho de 2015 | | 221.000 | (66.000) | (25.260) | 129.740 |
| Em 31 de março de 2015 | | 221.000 | (66.000) | (18.858) | 136.142 |
| Prejuízo do período | | | | (6.402) | (6.402) |
| Em 30 de junho de 2015 | | 221.000 | (66.000) | (25.260) | 129.740 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Demonstrações do fluxo de caixa em 30 de junho de 2015 e 2º Trimestre de 2015.

Em milhares

| | 2º Trimestre de 2015 | 06/2015 |
|--|---------------------------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Resultado do Exercício | (6.402) | (12.773) |
| Depreciação e Amortização | 786 | 1.560 |
| Juros sobre Empréstimos e Financiamentos | 186 | 347 |
| | (5.430) | (10.866) |
| Redução (aumento) dos ativos operacionais | | |
| Aumento/Redução Despesas Antecipadas | 941 | 1.864 |
| Redução Outros Créditos | 434 | (3.741) |
| Aumento de Fornecedores | (1.585) | 1.940 |
| Aumento de Outras Contas a Pagar | 6.513 | (51.662) |
| | 6.303 | (51.599) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 873 | (62.465) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição de Imobilizado | (452) | (538) |
| Adições ao Intangível | (9.051) | 32.241 |
| Aplicações Financeiras | 8.926 | 32.005 |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento | (577) | 63.708 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamentos de Juros | (757) | (1.058) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento | (757) | (1.058) |
| Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa | (461) | 185 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 661 | 15 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 200 | 200 |
| Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa | (461) | 185 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. (“Companhia”), é uma Sociedade anônima, fundada em 05 de junho de 2014, com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 2º Andar, Sala 25, Vila Olímpia, Cidade São Paulo - Estado de São Paulo.

Em 16 de julho de 2014 houve a aprovação da criação da filial situada na Rua Maria Rosa, 150 em Porangatu – GO, no qual estão concentradas toda estrutura administrativa e operacional para cumprimento das obrigações definidas no contrato de concessão.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Edital de Concessão nº 01/2014, BR-153/TO/GO, trecho de 624,8 km entre o entroncamento da BR-060 em Anápolis, no estado de Goiás, e o entroncamento com a TO-070 (Oeste) em Aliança do Tocantins, até 02 de novembro de 2044. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 11 de setembro de 2014 por meio da Resolução nº 4.409, publicada no Diário Oficial da União de 12 de setembro de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) homologou o resultado do Leilão de Concessão do Edital 01/2014, Parte VII, a Rodovia BR-153/TO/GO para a Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 30 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos que compreendem os investimentos para recuperação inicial da rodovia e 10% (dez por cento) de duplicação da rodovia previstos no Contrato de Concessão e PER – Programa de Exploração da Rodovia, investimentos estes que permitirão a Concessionária iniciar a cobrança de pedágio. O sucesso dos investimentos necessários depende da captação de recursos junto a terceiros ou aportes dos acionistas para permitir a conclusão do seu plano de investimentos, a qual pode ser afetada pela citação da parte relacionada Galvão Engenharia S/A na investigação da Polícia Federal.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas nº 6 e 7, respectivamente.

3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nota explicativa nº 7(g) - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

ICPC 19/ IFRIC 21 - Tributos;

- (a) CPC 38 / IAS 36 (Alterada) - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros; e
- (b) OCPC 7 - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

7 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

a. Receita operacional

(i) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- juros sobre aplicações financeiras;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- tarifas bancárias; e
- despesas com juros sobre financiamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| | |
|----------------------------|---------|
| Computadores e periféricos | 05 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Outros | 05 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura.

Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado.

(iii) Amortização

Amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão exploração da rodovia quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Provisão de manutenção - contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e não reconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou IFRS 15, Receita de Contratos com Clientes, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamentos contábeis ou alterações nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas.

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>06/2015</u> | <u>12/2014</u> |
|--------|----------------|----------------|
| Caixa | 5 | 5 |
| Bancos | 195 | 10 |
| | <u>200</u> | <u>15</u> |

9 ATIVO FINANCEIRO MENSURADO A VALOR JUSTO

| | <u>06/2015</u> | <u>12/2014</u> |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Toliman Firc Crédito Privado | 945 | 32.950 |
| | <u>945</u> | <u>32.950</u> |

Outros investimentos são classificados como ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado e para o exercício de junho de 2015 a rentabilidade é pela variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs).

Esses recursos serão utilizados em investimentos para recuperação inicial e duplicação parcial da rodovia previstos no contrato de concessão.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 IMOBILIZADO

| | 06/2015 | | 12/2014 | | % |
|------------------------------|--------------------|-----------------------|--------------|--------------|-----------------------------|
| | Custo de aquisição | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação |
| Imobilizado Operacional | 440 | | 440 | | |
| Veículos | 1.311 | 187 | 1.124 | 1.228 | 20 a 25 |
| Móveis e utensílios | 54 | 3 | 51 | 40 | 10 |
| Computadores e periféricos | 256 | 35 | 221 | 244 | 5 |
| Máquinas e equipamentos | 26 | 1 | 25 | 1 | 10 a 20 |
| Benfeitorias Prop. Terceiros | 14 | | 14 | 12 | 4 |
| | 2.101 | 226 | 1.875 | 1.525 | |

| | Imobilizado Operacional | Veículos | Movéis e Utensílios | Computadores e Periféricos | Maquinas e Aparelhos | Benfeitorias Imóveis de Terceiros | Total |
|---|-------------------------|----------|---------------------|----------------------------|----------------------|-----------------------------------|-------|
| Custo | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | 1.285 | 41 | 253 | 1 | 12 | 1.592 |
| Adições | 440 | 26 | 13 | 3 | 25 | 2 | 509 |
| Saldo em 30 de junho de 2015 | 440 | 1.311 | 54 | 256 | 26 | 14 | 2.101 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | 57 | 1 | 9 | | | 67 |
| Depreciação | | 130 | 2 | 26 | 1 | 1 | 160 |
| Saldo em 30 de junho de 2015 | | 187 | 3 | 35 | 1 | | 226 |
| Imobilizado Líquido | | | | | | | |
| Líquido do exercício de 31 dezembro de 2014 | | 1.228 | 40 | 244 | 1 | 12 | 1.525 |
| Líquido do exercício de 30 junho de 2015 | 440 | 1.124 | 51 | 221 | 25 | 14 | 1.875 |

11 INTANGÍVEL

| | 06/2015 | | 12/2014 | | % |
|-------------------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------------|
| | Custo de aquisição | Amortização acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de Amortização |
| Software | 138 | 22 | 116 | 130 | 20 a 25 |
| Operações em Rodovias | 15.468 | 1.556 | 13.912 | 13.434 | 4 |
| Sinalização | 151 | 52 | 99 | 145 | 4 |
| Intangível em Antamento | 124.441 | | 124.441 | 164.574 | |
| | 140.198 | 1.630 | 138.568 | 178.283 | |

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Software</u> | <u>Operações de Rodovia</u> | <u>Sinalização</u> | <u>Intangível em Curso/Andamento</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|--------------------|--------------------------------------|----------------|
| Custo | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 138 | 13.650 | 151 | 164.574 | 178.513 |
| Adições | | 1.818 | | 19.196 | 21.014 |
| Estorno de Provisão (i) | | | | (59.329) | (59.329) |
| Saldo em 30 de junho de 2015 | <u>138</u> | <u>15.468</u> | <u>151</u> | <u>124.441</u> | <u>140.198</u> |

| | <u>Software</u> | <u>Operações de Rodovia</u> | <u>Sinalização</u> | <u>Intangível em Curso/Andamento</u> | <u>Total</u> |
|---------------------------------|-----------------|-----------------------------|--------------------|--------------------------------------|--------------|
| Amortização acumulada | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 8 | 216 | 6 | | 230 |
| Amortização | 14 | 1.340 | 46 | | 1.400 |
| Saldo em 30 de junho de 2015 | <u>22</u> | <u>1.556</u> | <u>52</u> | | <u>1.630</u> |

| | <u>Software</u> | <u>Operações de Rodovia</u> | <u>Sinalização</u> | <u>Intangível em Curso/Andamento</u> | <u>Total</u> |
|--|-----------------|-----------------------------|--------------------|--------------------------------------|--------------|
| Imobilizado Líquido | | | | | |
| Líquido do exercício de 31 de dezembro de 2014 | 130 | 13.434 | 145 | 164.574 | 178.283 |
| Líquido do exercício de 30 de junho de 2015 | 116 | 13.912 | 99 | 124.441 | 138.568 |

(i) Estorno efetuado referente a provisão do exercício de 2014, no qual a expectativa da execução da obra não se efetivou devido a mesma se encontrar paralisada, com isto a provisão efetuada não será concretizada no exercício de 2015.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

- (a) As obras iniciais são obrigações assumidas pela Companhia na assinatura do contrato de concessão, sendo a receitas e custos das obras serão reconhecidos no momento da efetiva realização dos serviços.

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Tipo de Operação | Taxa de Juros (% a.a.) | Indexador | Vencimento | 06/2015 | 12/2014 |
|------------------|------------------------|-----------|-----------------------|---------------|---------------|
| CDC | 10,83 e 14,86% | | 2018 | 1.645 | 1.689 |
| Finame-BNDES (i) | 6,00% | TJLP | 2020 | 8.790 | 9.167 |
| Lesing | 2,43% e 2,45% | CDI | 2019 | 2.514 | 2.805 |
| | | | | 12.949 | 13.661 |
| | | | Circulante | 2.786 | 2.142 |
| | | | Não Circulante | 10.163 | 11.519 |

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade FINAME para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

13 FORNECEDORES

| | 06/2015 | 12/2014 |
|--------------------------------|--------------|------------|
| Fornecedores Nacional | 2.897 | 796 |
| Fornecedores Nacional Serviços | | 161 |
| | 2.897 | 957 |

14 PARTES RELACIONADAS

Controladora

Em 30 de junho de 2015, 100% das ações da Companhia pertencem Galvão Participações S/A, que detém o controle da Companhia, onde essas demonstrações financeiras serão consolidadas.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No período findo em 30 de junho de 2015 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Benefícios a empregados

Os principais benefícios que a Empresa concede aos seus empregados são: plano programa de participação nos resultados, plano de assistência médica.

| | <u>06/2015</u> | <u>12/2014</u> |
|-------------------|----------------|----------------|
| Galvão Engenharia | 11 | 202 |
| | <u>11</u> | <u>202</u> |

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

| | <u>06/2015</u> | <u>12/2014</u> |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Serviços Intangível a realizar (a) | | 53.227 |
| Obrigações com o Poder Concedente (b) | | 6.102 |
| Verbas de Fiscalização | 2.579 | 516 |
| Remessa de Numerarios | | 44 |
| | <u>2.579</u> | <u>59.889</u> |

(a) Provisão de custos dos trabalhos iniciais de recuperação e conservação, que estão firmados mediante programa de exploração da rodovia, integrante do contrato de concessão, previstos para serem realizados no primeiro trimestre da concessão. No exercício de 2015 a provisão foi estornado conforme divulgado em nossa explicativa 11.

(b) Provisão de custos com obtenção de licenças ambientais para a realização das obras de ampliação de capacidade e melhorias do programa de exploração de rodovia, integrante do contrato de concessão no valor de R\$ 6,1 mil. Conforme cláusula segunda constante do 1º Termo Aditivo ao

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contrato de Concessão, a ANTT transfere a responsabilidade para a concessionária de obtenção das licenças ambientais para a realização das obras de ampliação de capacidade e melhoria do trecho de 350,54 km, entre as cidades de Porangatu/GO e Anápolis/GO. No exercício de 2015 a provisão foi estornado conforme divulgado em nossa explicativa 11.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Em 30 de junho de 2015 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 221.000, sendo R\$ 155.000 integralizado, e está representado por 221.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à Galvão Participações S.A.

| | <u>Participação %</u> | <u>Ações</u> | <u>Capital Integralizado</u> |
|---------------------------|-----------------------|----------------|------------------------------|
| Galvão Participações S/A. | 100% | 221.000 | 155.000 |
| | <u>100%</u> | <u>221.000</u> | <u>155.000</u> |

17 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | <u>2° Trimestre de 2015</u> | <u>06/2015</u> |
|-----------------------------------|-----------------------------|----------------|
| Despesas Administrativas | | |
| Serviços de Terceiros | (1.030) | (1.781) |
| Despesas com Pessoal | (1.407) | (2.633) |
| Material, Equipamentos e Veículos | (326) | (651) |
| Depreciação | (45) | (90) |
| | <u>(2.808)</u> | <u>(5.155)</u> |

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | <u>2° Trimestre de 2015</u> | <u>06/2015</u> |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Receitas Aplicações Financeiras | 907 | 1.510 |
| | <u>907</u> | <u>1.510</u> |
| Despesas Financeiras | | |
| Juros Pagos e Incorridos | (12) | (13) |
| Prov. De Juros sobre Empréstimos | (35) | (96) |
| Juros sobre Finame | (128) | (216) |
| Juros sobre Leasing | (12) | (23) |
| | <u>(187)</u> | <u>(348)</u> |
| | <u>720</u> | <u>1.162</u> |

19 COBERTURA DE SEGUROS

Não é política de a Sociedade manter cobertura de seguros para a sociedade uma vez que a mesma possui a atividade de investidora e não possui bens a serem segurados.

20 ASPECTOS AMBIENTAIS

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

21 PLANO DE APOSENTADORIA

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não possui planos de aposentadoria por benefício definido ou contribuição definida para nenhum de seus empregados ou administradores.

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação. Em 30 de junho de 2015 a entidade não possui qualquer operação com derivativos.

23 OUTRAS INFORMAÇÕES

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação às respectivas datas de pagamento ou de entrega das declarações.

* * *

